
COMENTÁRIOS À **NOVA** LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

LEI 8.429/1992, COM AS
ALTERAÇÕES DA LEI 14.230/2021

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial
Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Caroline Dubovicki, Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comentários à nova Lei de Improbidade Administrativa / Fernando da Fonseca Gajardoni...[et al.]. -- 6. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Outros autores: Fernão Borba Franco, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Luiz Manoel Gomes Jr., Rogério Favreto

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0406-7

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo - Brasil 3. Improbidade administrativa - Legislação - Brasil I. Gajardoni, Fernando da Fonseca. II. Franco, Fernão Borba. III. Cruz, Luana Pedrosa de Figueiredo. IV. Gomes Junior, Luiz Manoel. V. Favreto, Rogério.

22-137597

CDU-35.086(81)(094.56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Improbidade administrativo :
Comentários : Direito administrativo 35.086(81)(094.56)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
NOTA DOS AUTORES À 6. ^a EDIÇÃO	19

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º – Fernão Borba Franco e Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	33
1. Alteração da Ementa da Lei de Improbidade.....	34
2. Sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa – art. 1º – <i>caput</i>	35
3. Definição do ato de improbidade administrativa – art. 1º, § 1º	37
4. Dolo específico como requisito para caracterização do ato de improbidade – premissas para uma identificação adequada – art. 1º, § 2º e § 3º	39
5. Princípios do Direito administrativo sancionador e a (ir)retroatividade da “nova” lei – art. 1º, § 4º	43
6. Atos sujeitos ao controle no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa – art. 1º, § 5º, § 6º e § 7º	49
7. Exclusão da tipicidade dos atos de improbidade – art. 1º, § 8º	50
Art. 2.º – Fernão Borba Franco e Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	53
1. Agente público e agente político – art. 2º, <i>caput</i>	53
1.1. Condutas e sujeição passiva previstas na Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) – um reforço à responsabilização dos agentes políticos	55
2. Responsabilidade daqueles que celebram contratos com a administração pública. Equiparação do particular remunerado com verbas públicas – art. 2º, parágrafo único.....	57
Art. 3.º – Fernão Borba Franco e Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	61
1. Os terceiros e a Lei de Improbidade – delimitação da responsabilidade. Art. 3º.....	61
2. Os terceiros e a Lei de Improbidade – exclusão dos dirigentes de pessoas jurídicas de direito privado – Art. 3º. § 1º	63
3. Pessoas Jurídicas e Lei Anticorrupção. Proibição de “bis in idem” – Art. 3º. § 2º ...	64
Art. 4.º – REVOGADO PELA LEI 14.230/2021	67
Art. 5.º – REVOGADO PELA LEI 14.230/2021	69
Art. 6.º – REVOGADO PELA LEI 14.230/2021	71

Art. 7.º – Fernando da Fonseca Gajardoni	73
1. Cautelar de indisponibilidade de bens: reposicionamento no art. 16 da Lei 8.429/1992	73
2. Revogação do art. 7.º, parágrafo único, da Lei 8.429/92 (extensão da medida de indisponibilidade de bens)	74
3. Representação ao Ministério Público para providências necessárias	74
3.1. Possibilidade de atuação direta da pessoa jurídica lesada (ADIs 7042 e 7043)	75
3.2. Recepção da notícia de atos de improbidade por outros meios	77
3.3. Dever de representação	78
3.4. Forma da representação	79
3.5. Representação anônima (apócrifa)	80
3.6. Providências a serem tomadas a partir da recepção da representação	82
Art. 8.º – Fernão Borba Franco e Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	85
1. A sucessão em ação de improbidade e os limites da transmissibilidade da reparação e da multa – art. 8.º	85
2. A sucessão processual e a transmissibilidade da multa – momento processual e coisa julgada	88
Art. 8.º-A – Fernão Borba Franco e Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	93
1. Sucessão da pessoa jurídica por alteração societária – art. 8.º	93

Capítulo II

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Seção I

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Art. 9.º – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto	99
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 9.º, <i>caput</i> e inciso I	101
2. Recebimento de vantagem – aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel – contratação de serviços por valor superior ao de mercado – inciso II, do art. 9.º	106
3. Recebimento de vantagem – alienação, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel – fornecimento de serviços por valor inferior ao de mercado – inciso IV, do art. 9.º	107
4. Utilização de bens móveis ou servidores públicos em benefício particular – inciso IV, do art. 9.º	110
5. Recebimento de vantagem ou promessa de vantagem para tolerar a prática de jogos de azar, lenocínio, narcotráfico, contrabando, usura ou outra atividade ilícita – inciso V, do art. 9.º	112
6. Recebimento de vantagem econômica para a emissão de declaração falsa sobre medição ou avaliação de obras públicas e serviços ou sobre a quantidade, peso, medida ou características de mercadorias ou bens – inciso VI, do art. 9.º	113

7. Enriquecimento ilícito do agente público – inciso VII, do art. 9.º.....	114
8. Aceitar o agente emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por sua ação ou omissão – inciso VIII, do art. 9.º.....	118
9. Receber vantagem econômica para intermediar liberação de verbas públicas – inciso IX, do art. 9.º.....	121
10. Auferir vantagem para omitir ato de ofício, providência ou declaração – inciso X, do art. 9.º.....	121
11. Incorporar o agente público em seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1.º da Lei de Improbidade – inciso XI, do art. 9.º.....	122
12. Uso pelo agente público, em proveito próprio, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1.º da Lei de Improbidade – inciso XII, do art. 9.º.....	123

Seção II

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO

Seção II-A

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DE CONCESSÃO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU TRIBUTÁRIO (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2016)

Art. 10 – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto.....	125
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 10, <i>caput</i> , e inciso I....	128
2. Uso por particular de bem público – inciso II, do art. 10.....	134
3. Doação irregular ou ilegal – inciso III, do art. 10.....	135
4. Atuação visando favorecer a permuta ou locação de bens – prestação de serviços – por valor inferior ao de mercado – subfaturamento – inciso IV, do art. 10.....	136
5. Atuação visando favorecer a permuta ou locação de bens – prestação de serviços – por valor superior ao de mercado – superfaturamento – inciso V, do art. 10.....	137
6. Efetivação de operação financeira ilegal – aceitação de garantia insuficiente ou inidônea – inciso VI, do art. 10.....	138
7. Deferimento/concessão de benefício administrativo ou fiscal ilegal – inciso VII, do art. 10.....	138
8. Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente acarretando perda patrimonial efetiva – inciso VIII, do art. 10.....	141
9. Ordenar a realização de despesa não autorizada – inciso IX, do art. 10.....	146
10. Agir illicitamente na arrecadação de tributos e na conservação de bens públicos – inciso X, do art. 10.....	147
11. Liberar verba pública de forma irregular ou atuar para a sua utilização irregular – inciso XI, do art. 10.....	149
12. Permitir o enriquecimento ilícito de terceiros – inciso XII, do art. 10.....	149

13. Permitir o uso, em obra ou serviço particular, de pessoal ou da máquina administrativa – inciso XIII, do art. 10	150
14. Celebrar contrato ou outro instrumento visando à prestação de serviços públicos de forma irregular – inciso XIV, do art. 10	150
15. Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem prévia dotação orçamentária – inciso XV, do art. 10	151
16. Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie – inciso XVI, do art. 10	151
17. Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie – inciso XVII, do art. 10	152
18. Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie – inciso XVIII, do art. 10	153
19. Agir para a configuração de ilícito na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas – inciso XIX, do art. 10	154
20. Liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular – inciso XX, do art. 10	155
21. A concessão, aplicação ou manutenção de benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe o <i>caput</i> e o § 1º, do art. 8º-A, da Lei Complementar nº 116/2003	155
22. Da vedação ao enriquecimento sem causa	158
23. Da perda patrimonial e da improbidade	159

Seção III

DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 11 – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto.....	161
1. Alguns aspectos dos atos de improbidade previstos no art. 11, <i>caput</i>	163
2. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência – proteção ao segredo – inciso III, do art. 11	172
3. Negar publicidade aos atos oficiais – inciso IV, do art. 11	174
4. Atuar visando frustrar a licitude de Concurso Público, de chamamento ou de procedimento licitatório – inciso V, do art. 11	175
5. Deixar de prestar contas quando há obrigação legal – inciso VI, do art. 11	176
6. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço – inciso VII, do art. 11.....	177

7. Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas – inciso VIII, do art. 11.....	177
8. Vedação ao nepotismo.....	178
9. Publicidade de atos de forma inconstitucional (art. 37, § 1º, da CF-88).....	180
10. Requisitos complementares para a caracterização dos atos de improbidade (§§ 1º a 5º, do art. 11)	181

Capítulo III

DAS PENAS

Art. 12 – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto.....	183
1. As penas da Lei de Improbidade Administrativa – modificação no tema da independência das esferas penal, cível e administrativa – aspectos gerais.....	185
2. As penas previstas nos incisos I, II e III, do art. 12 – presença da discricionariedade judicial.....	191
3. A impossibilidade de condenação por dano moral coletivo.....	212
4. Extensão do dano – Necessidade de razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das sanções – penas alternativas	217
5. A incidência do princípio da insignificância no caso de Atos de Improbidade Administrativa	221
6. Aspectos envolvendo a “Lei da Ficha Limpa” e a decisão do STF na ADC 30-DF.....	225
7. Lei de Combate à Corrupção (Lei 12.846/2013).....	233
8. Efeitos das penas nas pessoas jurídicas	235
9. Vedação à execução provisória.....	236
10. Nova forma da contagem do prazo da suspensão dos direitos políticos (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF).....	238
11. Reflexos do julgamento do Tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal.....	238

Capítulo IV

DA DECLARAÇÃO DE BENS

Art. 13 – Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz.....	241
1. Alterações da Lei nº 14.230, de 2021	242
2. Obrigatoriedade da declaração de bens	243
3. A publicidade da declaração de bens.....	245
4. Do conteúdo da declaração de bens e sua extensão.....	251
5. Da necessária atualização da declaração de bens e da obrigatoriedade.....	252
6. Punição com pena de demissão do agente público que se recusa a prestar declaração	256

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL

Art. 14 – Fernando da Fonseca Gajardoni	259
1. Direito de representação.....	259
2. Dever de representação (informação)	261

3. Forma da representação	261
4. Representação anônima (apócrifa)	262
5. Destinatário da representação	265
6. Representação à autoridade administrativa	265
7. Instauração de investigação de ofício	268
Art. 15 – Fernando da Fonseca Gajardoni	269
1. Comissão processante	269
2. Contraditório e ampla defesa	272
3. Comunicação dos fatos ao Tribunal de Contas e Ministério Público	275
Art. 16 – Fernando da Fonseca Gajardoni	279
1. Tutelas provisórias de urgência na improbidade administrativa	281
2. Natureza cautelar de todas as tutelas provisórias típicas da LIA	284
3. A indisponibilidade de bens (art. 16 da LIA) é tutela cautelar ou tutela de evidência?	286
4. Unificação das medidas cautelares de sequestro (sic: arresto) e indisponibilidade de bens na Lei 14.230/2021. Superação do TEMA 701/STJ	288
5. Há diferença entre arresto e indisponibilidade de bens?	291
6. Possibilidade de concessão incidental e antecedente das tutelas cautelares da LIA	293
7. Concessão liminar das medidas cautelares da LIA	294
8. Classificação das cautelares previstas na LIA	296
9. Características da cautelar de indisponibilidade de bens da LIA	298
9.1. Acessoriedade	298
9.2. Urgência	299
9.3. Sumariedade da cognição	299
9.4. Inexistência de coisa julgada, em regra	300
9.5. Provisoriedade ou precariedade	302
9.6. Revogabilidade e mutabilidade: possibilidade de substituição por caução	303
9.7. Fungibilidade entre cautelares	304
10. Requisitos para a concessão da indisponibilidade (mérito do pedido cautelar)	306
10.1. <i>Fumus boni iuris</i> ou probabilidade do direito	307
10.2. <i>Periculum in mora</i> ou risco ao resultado útil do processo: impactos da Lei 14.230/2021. Superação do TEMA 701/STJ	309
10.3. <i>Periculum in mora inverso</i>	312
10.3.1. Indisponibilidade em casos de litisconsórcio passivo	314
10.3.2. Indisponibilidade e impenhorabilidade	315
10.3.3. Indisponibilidade e prejuízo à prestação de serviços públicos	317
11. Não cabimento da indisponibilidade para garantia do pagamento da multa civil e acréscimo patrimonial decorrente da atividade lícita	318
12. Não cabimento da indisponibilidade para garantia de pagamento de indenização por danos morais e sociais coletivos	322
13. Bens que podem ser atingidos pela indisponibilidade	323
14. Legitimidade ativa e requisitos formais e procedimentais do pedido de indisponibilidade	325

15. Efetivação da ordem de indisponibilidade	330
16. Responsabilidade civil pela efetivação da indisponibilidade	331
17. Direito intertemporal: (ir)retroatividade das novas regras sobre indisponibilidade aos processos em curso	333
Art. 17 – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto.....	335
1. Alguns aspectos processuais da Ação de Improbidade Administrativa – Direito Intertemporal.....	339
2. Competência (local do dano) e a sua prevenção.....	347
3. Restrição da legitimidade ativa e a posição do Supremo Tribunal Federal	356
4. Requisitos da petição inicial e as hipóteses da sua rejeição liminar.....	362
5. Atuação da Fazenda Pública interessada.....	367
6. Ministério Público – Parte ou fiscal da ordem jurídica – Possibilidade de tutelas provisórias	373
7. Contestação e revogação da defesa preliminar.....	375
8. Possibilidade do uso do agravo de instrumento.....	377
9. Procedimento após a contestação.....	378
10. Da suspensão e da interrupção do prazo para a contestação	386
11. Delimitação da acusação e adequação dos fatos aos tipos legais – Hipóteses de nulidade da decisão de mérito.....	386
12. Da desconsideração da personalidade jurídica.....	388
13. Conversão da Ação de Improbidade em Ação Civil Pública	389
14. O réu e o direito ao silêncio	390
15. Delimitação dos ônus da prova na Ação de Improbidade	390
16. Duplicidade de Ações de Improbidade.....	391
17. Os recursos na Lei de Improbidade e a ausência do reexame necessário.....	391
18. Atuação da Assessoria Jurídica na Ação de Improbidade.....	397
19. Outras observações sobre a tramitação da Ação de Improbidade	398
20. Danos processuais causados pela Ação de Improbidade	401
21. Art. 3º da Lei nº 14.230/2021 – Atuação no Ministério Público nas ações ajuizadas pelo Poder Público	404
22. A impossibilidade de interrupção da prescrição em sede de Direito Sancionador – Ausência de base legal.....	405
Art. 17-B – Fernando da Fonseca Gajardoni.....	407
1. Acordos em tema de improbidade administrativa.....	408
2. A problemática disciplina dos acordos em improbidade até a Lei 14.230/2021	410
3. Características dos acordos em tema de improbidade administrativa.....	412
3.1. Conceito e natureza	412
3.2. Espécies e momento.....	413
3.3. Legitimidade ativa.....	414
3.3.1. ADIs/STF 7042 e 7043: a legitimidade das pessoas jurídicas lesadas para celebrar acordos em tema de improbidade	414
4. O acordo em improbidade não é direito público subjetivo do investigado/acusado	416
5. Requisitos obrigatórios dos acordos em tema de improbidade	418

5.1. Reparação integral do dano e reversão da vantagem obtida	419
5.1.1. Oitiva do Tribunal de Contas (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF)	419
5.2. Participação da pessoa jurídica lesada ou do MP no acordo celebrado pelo colegitimado	421
5.3. Aprovação pelo órgão superior do Ministério Público nos acordos <i>ante causam</i>	424
5.4. Homologação judicial do acordo	426
6. Sanções nos acordos atinentes à improbidade administrativa	429
7. Efetivação e descumprimento do acordo	432
Art. 17-C – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto	435
1. Inovações processuais da Lei de Improbidade – Requisitos essenciais da sentença	436
2. A vedação ao <i>bis in idem</i> e terceiros	438
3. A remessa necessária	439
Art. 17-D – Luiz Manoel Gomes Junior e Rogerio Favreto	443
1. A natureza jurídica da Ação de Improbidade Administrativa	443
2. Critérios de interpretação das suas normas	446
3. Limites em termos do objeto da Ação de Improbidade Administrativa	446
Art. 18 – Fernando da Fonseca Gajardoni	449
1. Reparação do dano e reversão dos bens ilicitamente obtidos	450
2. Improbidade sem reparação de danos	453
3. Modificações introduzidas pela Lei 14.230/2021 no regime da reparação de danos e reversão de bens adquiridos ilicitamente	454
3.1. Apuração da extensão do dano	454
3.2. Legitimidade para liquidação e cumprimento de sentença	456
3.3. Parcelamento do débito	459
4. Dano moral coletivo (ou difuso) e dano social	461
4.1. Considerações gerais	461
4.2. Possibilidade de reparação dos danos morais/sociais no âmbito da ação de improbidade administrativa – Impactos da Lei 14.230/2021	464
4.3. Excepcionalidade da admissão de reparação ao prejuízo imaterial pela prática de improbidade	468
5. Cumprimento da sentença condenatória	470
6. Cumprimento provisório do julgado e a regra dos arts. 12, § 9º e 20 da LIA, na redação pela Lei 14.230/2021	472
7. Destinatário dos valores e bens recuperados	472
8. Cadastro Nacional de condenados por improbidade administrativa	474
Art. 18-A – Fernando da Fonseca Gajardoni	477
1. Unificação de sanções no âmbito da improbidade administrativa	477
2. Continuidade de ilícitos	479
2.1. Requisitos para o reconhecimento da continuidade de ilícitos	479
2.2. Aplicação da sanção nos casos de continuidade de ilícitos	483
3. Unificação de sanções em casos de ilícitos não continuados e limite	485
4. Questões processuais atinentes à unificação de sanções em sede de improbidade administrativa	485

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 19 – Fernando da Fonseca Gajardoni	489
1. Crime de representação caluniosa.....	489
2. Objetividade jurídica.....	491
3. Sujeito ativo e passivo	492
4. Conduta típica.....	492
5. Representação apócrifa e responsabilidade penal.....	493
6. Elemento subjetivo do tipo	494
7. Consumação.....	496
8. Pena.....	497
9. Responsabilidade Civil.....	497
Art. 20 – Fernando da Fonseca Gajardoni	499
1. Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e trânsito em julgado....	499
2. A Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) e o art. 20 da Lei 8.429/1992, especialmente após o julgamento pelo STF da ADC 30.....	503
3. Alcance da pena de perda da função pública	507
4. Perda do cargo/função pública x perda da aposentadoria	512
5. Perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por decisão no âmbito administrativo	514
5.1. Perda do cargo/função.....	514
5.2. Suspensão dos direitos políticos	519
6. Afastamento cautelar do investigado no curso do processo administrativo ou judicial.....	520
Art. 21 – Fernando da Fonseca Gajardoni	527
1. Sanções no âmbito da LIA e dependência do elemento anímico	528
2. Sanções no âmbito da LIA e independência da existência de prejuízo	530
3. Sanções no âmbito da LIA e independência do julgamento das contas	533
4. Mitigação do princípio da independência entre as instâncias penal e civil/administrativa.....	535
4.1. A regra do art. 21, §3º da LIA: independência das instâncias (arts. 935 do CC e 66 do CPP).....	535
4.2. Ampliação das hipóteses de comunicação dos fundamentos da absolvição criminal para a ação de improbidade administrativa (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF)	537
4.3. Inaplicabilidade do art. 21, § 4º, da LIA, no que tange à reparação do dano ao patrimônio público (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF)	539
4.4. Comunicação dos fundamentos da absolvição, apenas, se atinentes aos mesmos fatos e/ou elementos necessários para a configuração da improbidade administrativa (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF).....	540
4.5. Extinção da punibilidade no crime	541
4.6. Inaplicabilidade do art. 21, § 4º, da LIA, no que tange à seara administrativa/correicional (Dispositivo suspenso – ADIn 7236-DF)	542

4.7. Arquivamento de inquérito policial, acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP) e absolvição criminal por decisão monocrática	543
4.8. Suspensão da ação de improbidade administrativa para se aguardar o pronunciamento da Justiça Criminal	544
5. Compensação com sanções de mesma natureza aplicadas em outras esferas	545
Art. 22 – Fernando da Fonseca Gajardoni	549
1. Apuração pelo Ministério Público de ilícitos previstos na Lei 8.429/1992	549
2. Inquérito Civil	550
2.1. Previsão legal, conceito, características e legitimidade	550
2.1.1. Investigação dos fatos pela pessoa jurídica lesada	554
2.2. Instauração do Inquérito Civil	556
2.3. Publicidade	559
2.4. Contraditório e ampla defesa	563
2.5. Medidas contra a instauração e prosseguimento do Inquérito Civil	568
2.6. Conflito de atribuições entre Ministérios Públicos	571
2.7. Parcialidade do Promotor/Procurador presidente do Inquérito Civil	573
2.8. Poderes instrutórios no âmbito do Inquérito Civil	574
2.8.1. A impossibilidade de o Ministério Público ter acesso direto a dados protegidos por sigilos bancário ou fiscal	577
2.8.2. Interceptação telefônica	581
2.8.3. Obtenção de dados referentes ao registro de conexão e/ou aplicação na internet	581
2.8.4. Pedido de cooperação jurídica internacional	583
2.9. Conclusão do Inquérito Civil	585
2.9.1. O julgamento da promoção de arquivamento pelo órgão superior do Ministério Público	587
2.9.2. Homologação do arquivamento	587
2.9.3. Conversão do julgamento em diligência	588
2.9.4. Rejeição da promoção de arquivamento do Inquérito Civil	589
2.10. Recomendações	589
3. Inquérito policial e procedimento administrativo	592
4. Relatório das comissões parlamentares de Inquérito	594
5. Auditoria dos Tribunais de Contas	594

Capítulo VII DA PRESCRIÇÃO

Art. 23 – Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	597
1. Principais alterações da Lei nº 14.230, de 2021	599
2. Prescrição – Definições para delimitação do tema	600
3. A prescrição <i>interfases</i> na ação de improbidade administrativa – Novas regras – Art. 23, <i>caput</i>	602
3.1. Infrações permanentes – Definição necessária	603
4. Suspensão e interrupção da prescrição – Premissas	605

4.1. O inquérito civil e o processo administrativo disciplinar e sua relevância na fluência do prazo prescricional – §§ 1º a 3º do art. 23	606
4.2. Das causas de interrupção da prescrição – A prescrição interfases – § 4º a § 8º do art. 23.....	607
4.2.1. Descabimento do protesto interruptivo da prescrição	609
5. Sobre a prescrição das ações de ressarcimento ao erário, diante da interpretação do art. 37, § 5º, da Constituição Federal – Um olhar especial às ações fundadas em ato de improbidade.....	611
5.1. Técnica a ser utilizada na ação de ressarcimento ao erário quando se pretende afastar a prescrição – Tema 897 do STF	626
5.2. Tema 1199 do STF e a aplicação das novas regras de prescrição	627
Art. 23-A – Fernando da Fonseca Gajardoni	629
1. Capacitação de agentes públicos e políticos.....	629
Art. 23-B – Fernando da Fonseca Gajardoni	631
1. Custas e despesas processuais	631
1.1. Extensão da regra para a fase de cumprimento de sentença.....	634
2. Honorários advocatícios.....	635
Art. 23-C – Fernando da Fonseca Gajardoni	637
1. Lei 8.429/1992, partidos políticos e suas fundações	637
2. Interpretações possíveis do dispositivo	639
3. Inconstitucionalidade do art. 23-C, da Lei 8.429/1992, inserido pela Lei 14.230/2021.....	641

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 – Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	647
1. Eficácia imediata da lei e (ir)retroatividade	647
2. Da aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica no direito administrativo sancionador.....	655
Art. 25 – Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	657
1. Revogação expressa das Leis que disciplinavam o anterior procedimento de sequestro e perdimento de bens nos casos de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso do cargo ou função	657
2. Artigos da Lei 8.429/92 revogados pela Lei 14.230/21.....	658
3. Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIS) 7042 e 7043 e o art. 3º da Lei 14.230/21.....	659
Bibliografia	661